



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA N.º 015/2018
Sistema de Registro de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para a prestação do serviço de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria “D”, 44h semanais, para atender as demandas dos Campi e Reitoria do Instituto Federal de Roraima, por 12 meses, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento:

Grupo	Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor total mensal	Valor total anual
1	1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria “D”, 44h semanais	Posto	19	R\$ 4.688,66	R\$ 89.084,54	R\$ 1.069.014,48
	2	Diárias sem pernoite	Diária	1860	R\$ 193,79	-	R\$ 360.449,40
	3	Diárias com pernoite	Diária	1774	R\$ 283,43	-	R\$ 502.804,82
	4	Hora Extra 50%	Hora	3000	R\$ 16,07	-	R\$ 48.210,00
	5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	480	R\$ 19,23	-	R\$ 9.230,40
	6	Hora Extra 100%	Hora	2380	R\$ 21,42	-	R\$ 50.979,60
	7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	356	R\$ 25,64	-	R\$ 9.127,84
VALOR TOTAL ESTIMADO:							R\$ 2.049.816,54

1.2. O quantitativo dos itens 2 a 7 foram estimados para uma possível execução durante uma vigência contratual de 12 meses, não sendo possível a sua estimativa mensal devido a esses itens dependerem do surgimento de demandas para sua utilização.

1.3. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão gerenciador: CAMPUS BOA VISTA					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor mensal	Valor anual
1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	05	R\$ 23.443,30	R\$ 281.319,60
2	Diárias sem pernoite	Diária	540	-	R\$ 104.646,60
3	Diárias com pernoite	Diária	430	-	R\$ 121.874,90
4	Hora Extra 50%	Hora	200	-	R\$ 3.214,00
5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	40	-	R\$ 769,20



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

6	Hora Extra 100%	Hora	100	-	R\$ 2.142,00
7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	20	-	R\$ 512,80
Valor estimado:					R\$ 514.479,10

Órgão participante: CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor mensal	Valor anual
1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	02	R\$ 9.377,32	R\$ 112.527,84
2	Diárias sem pernoite	Diária	96	-	R\$ 18.603,84
3	Diárias com pernoite	Diária	48	-	R\$ 13.604,64
4	Hora Extra 50%	Hora	100	-	R\$ 1.607,00
5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	20	-	R\$ 384,60
6	Hora Extra 100%	Hora	80	-	R\$ 1.713,60
7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	16	-	R\$ 410,24
Valor estimado:					R\$ 148.851,76

Órgão participante: CAMPUS AMAJARI					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor mensal	Valor anual
1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	04	R\$ 18.754,64	R\$ 225.055,68
2	Diárias sem pernoite	Diária	480	-	R\$ 93.019,20
3	Diárias com pernoite	Diária	480	-	R\$ 136.046,40
4	Hora Extra 50%	Hora	1700	-	R\$ 27.319,00
5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	220	-	R\$ 4.230,60
6	Hora Extra 100%	Hora	1700	-	R\$ 36.414,00
7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	220	-	R\$ 5.640,80
Valor estimado:					R\$ 527.725,68

Órgão participante: CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor mensal	Valor anual
1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	01	R\$ 4.688,66	R\$ 56.263,92
2	Diárias sem pernoite	Diária	144	-	R\$ 27.905,76
3	Diárias com pernoite	Diária	216	-	R\$ 61.220,88
4	Hora Extra 50%	Hora	-	-	
5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	-	-	
6	Hora Extra 100%	Hora	-	-	
7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	-	-	
Valor estimado:					R\$ 145.390,56

Órgão participante: CAMPUS NOVO PARAÍSO					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor mensal	Valor anual
1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	04	R\$ 18.754,64	R\$ 225.055,68
2	Diárias sem pernoite	Diária	480	-	R\$ 93.019,20
3	Diárias com pernoite	Diária	480	-	R\$ 136.046,40
4	Hora Extra 50%	Hora	800	-	R\$ 12.856,00
5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	160	-	R\$ 3.076,80
6	Hora Extra 100%	Hora	400	-	R\$ 8.568,00
7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	80	-	R\$ 2.051,20



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Valor estimado:	R\$ 480.673,28
-----------------	----------------

Órgão participante: REITORIA					
Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor mensal	Valor anual
1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	03	R\$ 14.065,98	R\$ 168.791,76
2	Diárias sem pernoite	Diária	120	-	R\$ 23.254,80
3	Diárias com pernoite	Diária	120	-	R\$ 34.011,60
4	Hora Extra 50%	Hora	200	-	R\$ 3.214,00
5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	40	-	R\$ 769,20
6	Hora Extra 100%	Hora	100	-	R\$ 2.142,00
7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	20	-	R\$ 512,80
Valor estimado:					R\$ 232.696,16

1.3. Os serviços serão executados nas 06 (seis) unidades do IFRR, conforme endereço dos locais listados abaixo:

UNIDADE	UASG	ENDEREÇO
Reitoria	158152	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº11, Calungá, Casa Paulo VI. Cep: 69.303-200, Boa Vista/RR. Telefone: (95) 3623-1910. E-mail: dirad@ifrr.edu.br
Campus Avançado Bonfim	158152	Rua Rodrigo Pires Figueredo, nº 44 – Centro, Bonfim – RR. E-mail: cap.bonfim@ifrr.edu.br
Campus Amajari	158510	Rodovia Antonino Menezes da Silva (antiga RR 342), vicinal que liga a Balsa de Aparecida à Vila Brasil Km 03, Amajari - RR - CEP 69343-000. Telefone (95) 3593-1143. E-mail: dap.amajari@ifrr.edu.br
Campus Boa Vista	158350	Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã - Boa Vista - RR - CEP: 69.303-340. Telefone: (95) 3621-8046. E-mail: daplan@ifrr.edu.br.
Campus Boa Vista Zona Oeste	158352	Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976 - Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão) - Boa Vista - RR / CEP: 69.318-06. E-mail: dap.cbvzo@ifrr.edu.br
Campus Novo Paraíso	158351	BR-174, Km -512 - Vila Novo Paraíso - Caracará - RR - CEP: 69.365-000. Telefone: (95) 3532-4100. E-mail: dap.cnp@ifrr.edu.br

1.4. Na composição dos preços propostos, tanto unitários como totais, foram considerados todos os custos diretos e indiretos relacionados com o objeto deste Termo de Referência, inclusive taxas, impostos e demais despesas que a empresa deverá pagar.

1.6. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – Campus Boa Vista, Gestão 26437 e UASG 158350.

1.7. Cada unidade do IFRR terá contrato e fiscalização independente.

1.8. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666, de 1993.

1.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas e, para o bom funcionamento do IFRR, faz-se necessário a prestação de serviço de motorista. A natureza do serviço a ser contratado é de caráter continuado, pois sua interrupção poderá comprometer a continuidade das atividades da Administração.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

2.2. Há de se lembrar da economicidade e melhoria na qualidade dos serviços em virtude da utilização de profissionais de nível correspondente à complexidade das atividades, fiel cumprimento de prazos de atendimento das demandas, melhoria no desempenho das atividades de apoio no desenvolvimento da atividade-fim executada pelo IFRR. Todos estes fatores contribuirão para uma percepção pública positiva do serviço prestado e para o alcance pleno das metas institucionais do Instituto, fortalecendo seu papel perante a sociedade brasileira.

2.3. Ressalta-se que a licitação pretendida (contratação de motorista) está amparada no Decreto Federal nº 2271, de 7 de julho de 1997, que diz:

“Art. 1º - No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade”.

2.4. Já o parágrafo 2.º deste mesmo artigo diz:

“§ 2 - Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal”.

2.5. Portanto, considerando que o cargo de motorista está extinto do quadro de servidores do IFRR, conforme Lei Federal nº 9.632, de 7 de maio de 1998, entendemos que há previsão legal para a contratação do objeto em questão com base no parágrafo 2.º do decreto supracitado.

2.6. Faz-se necessária a exigência da categoria “D” devido ao fato do IFRR realizar o transporte de alunos e servidores e, conforme regras do DENATRAN para o transporte de passageiros acima de 8 (oito) lugares, é exigida tal categoria.

2.7. O objetivo principal é ter motorista para o transporte dos alunos dos cursos ofertados pelas unidades desta Instituição, a fim de efetivar a execução das práticas necessárias para o desenvolvimento acadêmico dos cursos.

2.8. Portanto, a contratação desses profissionais implica diretamente na qualidade dos serviços prestados pelas unidades do Instituto Federal de Roraima, já que as atividades que necessitam de deslocamento, locomoção de alunos e servidores, sejam em visitas locais, viagens intermunicipais ou interestaduais, bem como o transporte de documentos e pequenas cargas, estariam inviabilizadas, prejudicando as áreas meio e fim da Instituição.

2.9. **FORMAÇÃO DE GRUPO:** A Administração pretende realizar licitação para registro de preço por grupo, vez que os mesmos comportam itens homogêneos, também, tem por objetivo evitar prejuízos à Administração por falta de licitantes interessados em determinado item por ser economicamente inviável a contratação de maneira isolada, restando o item fracassado. Além disso, é possível observar a ampla DE GANHO NA economia de escala, bem como uma economia processual à Administração, tendo em vista que concentra diversas contratações em um único procedimento. Diante disto, a Administração julga ser este ato o mais célere, econômico e vantajoso para aquisição do objeto desta licitação

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços de condução de veículos podem ser classificados como serviços comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1.º, da Lei 10.520/2002, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

3.2. A contratação para execução dos serviços será através de licitação na modalidade pregão eletrônico – Sistema de Registro de Preços – SRP, em conformidade com o art. 3º, § 2º, Decreto 7.892/2013.

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

[...]

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa,.

3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.5. Os serviços serão prestados com disponibilização de mão de obra exclusiva, pois (i) os empregados da CONTRATADA ficarão à disposição nas dependências da Administração CONTRATANTE; (ii) a CONTRATADA não compartilhará os recursos humanos e materiais disponíveis da contratação para execução simultânea de outros contratos; e (iii) possibilitará a fiscalização pela CONTRATANTE quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

3.6. Trata-se de serviços continuados por satisfazerem necessidade permanente e contínua da Administração por mais de um exercício financeiro, e assegurarem a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas dos órgãos ou entidades. A interrupção da execução contratual compromete a prestação do serviço público com o cumprimento da missão institucional, conforme o art. 15, caput, da IN SEGES/MP n.º 05/2017.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. Exigências para desempenho da atividade de motorista:

4.1.1.1. Idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

4.1.1.2. Experiência mínima de 02 (dois) anos.

4.1.1.3. Certificado de conclusão do ensino fundamental completo;

4.1.1.4. Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no mínimo categoria “D”, com data de validade vigente. Cabe ressaltar que a responsabilidade pela renovação da carteira é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.1.1.5. Possuir Cursos de Transporte Coletivo e Escolar, fornecido por instituição emitida e reconhecida pelos órgãos competentes, com data de validade vigente. Cabe ressaltar que a responsabilidade pela renovação dos cursos é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.1.1.6. Possuir curso de capacitação de transporte de passageiros e direção defensiva, devidamente comprovada com certificado, com data de validade vigente.

4.1.1.7. Comprovar inexistência de antecedentes civil e criminal.

4.1.1.8. Ter equilíbrio emocional e apresentar polidez no atendimento.

4.1.1.9. Ter noções de combate a incêndios, boas maneiras, atendimento ao público, relacionamento interpessoal e mecânica automobilística básica.

4.1.1.10. Os profissionais não poderão ter registro, na Carteira de Habilitação, de falta gravíssima, nos 06 (seis) meses antecedentes à contratação.

4.1.2. Das Atribuições dos profissionais: Desempenhar atividades de transporte de alunos, servidores, convidados, etc., dentro e fora do Estado de Roraima, podendo realizar viagens com pernoite, bem como prestar serviços envolvendo a execução de trabalhos relacionados à condução, manutenção, abastecimento e limpeza de veículos automotores, utilizados no transporte dos servidores e alunos dos campi do IFRR; conduzir e acompanhar a execução de serviços preventivos/corretivos no veículo; verificar os veículos com o objetivo de certificar-se das condições de tráfego; registrar em formulário apropriado a movimentação e recolhimento, tendo em vista o controle de sua utilização e localização; informar à respectiva Coordenação de Transporte do Campus/Reitoria qualquer problema mecânico, elétrico ou afim; executar outras tarefas de mesma natureza e grau de complexidade. O funcionário designado pela CONTRATADA deverá atentar-se para as normas vigentes de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, bem como para o bom uso e devidos cuidados para com o veículo. Torna-se relevante para a utilização do mesmo de modo seguro a verificação por parte do funcionário de todos seus insumos (água, óleo, combustível, etc.), bem como de seus equipamentos de segurança e documentos. Examinar as ordens de serviço, verificando o itinerário a ser seguido, os horários, os números de viagens e outras instruções, para programar a sua tarefa; Qualquer irregularidade deverá ser comunicada imediatamente à respectiva Coordenação de Transporte do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Campus/Reitoria sob pena de a CONTRATADA ser responsabilizada pelos danos que vier a ocorrer com o veículo.

4.1.3. Da Jornada de Trabalho: O serviço será executado em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Ressalta-se que, respeitando-se o limite estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho nos termos do art. 235-C do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT), o motorista poderá efetuar viagens e executar tarefas com direito a hora extra, inclusive aos finais de semana e feriados.

4.1.3.1. O horário de trabalho será estabelecido de acordo com as necessidades do IFRR, respeitados os direitos legais referentes ao descanso semanal e de intervalo entre as viagens.

4.1.3.2. Na necessidade de atividades extras aos sábados, domingos e feriados, os horários poderão, a critério da Administração, ser compensados, antes ou após a programação das atividades, em comum acordo com fiscalização do contrato e a empresa CONTRATADA.

4.1.3.3. As atividades dos profissionais serão coordenadas pelas Coordenações de Transporte de cada uma das unidades do IFRR, com o apoio do fiscal de contrato especialmente designado pelos Campi/Reitoria.

4.1.4. Das Viagens a Serviço: A CONTRATANTE solicitará o pagamento das diárias devidas pelas viagens por meio do envio de Ordem de Serviço à CONTRATADA, em prazo não inferior a 48h (quarenta e oito horas) do início da viagem, em meio físico ou eletrônico. A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das diárias ao profissional em até 24h (vinte e quatro horas) do início da viagem.

A Ordem de Serviço deverá estar devidamente assinada pelo responsável pela solicitação e conter o valor acordado na proposta de preços e com as demais condições constantes neste termo.

4.1.4.1. Entende-se por DIÁRIA a ajuda de custo paga pela CONTRATADA por ocasião de viagens realizadas a serviço, conforme a seguir:

4.1.4.1.1. **Diária com pernoite:** Será paga quando houver necessidade de pernoite fora do município de origem e também em casos em que o início e fim da viagem ocorrer em dias diferentes, como por exemplo, uma viagem iniciando em 28/01/2018, porém com retorno no dia seguinte (29/01/2018).

4.1.4.1.2. **Diária sem pernoite:** Será paga quando o deslocamento não exigir pernoite fora do município de origem, exceto para municípios limítrofes, pertencentes a mesma zona metropolitana.

4.1.4.2. **O limite anual de diárias para cada uma das unidades do IFRR está estabelecido no item 1.2 deste Termo de Referência.**

4.1.4.3. **O IFRR não fica obrigado a realizar a quantidade total anual dos itens: diárias com pernoite, diárias sem pernoite, horas extras 50% e horas-extras 100%. Tal quantitativo serve apenas como uma estimativa, o qual será efetivado de acordo com as necessidades da área demandante dos serviços.**

4.1.4.4. **Registre-se que o quantitativo de diárias é meramente estimativo, ou seja, pode não ocorrer exatamente na quantidade prevista.**

4.1.5. Das multas de trânsito/Acidente com o Veículo Oficial:

4.1.5.1. Com relação a multa de trânsito:

4.1.5.1.1. Qualquer multa de trânsito aplicada nos veículos oficiais que estejam sob a responsabilidade do motorista da CONTRATADA, esta deverá ser identificada pela CONTRATADA no momento da notificação, bem como deverá ser paga dentro do prazo estabelecido pelo documento expedido dos órgãos de trânsito, e entregue toda a documentação correspondente a notificação e/ou pagamento no prazo de 5 (cinco) dias, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

4.1.5.1.2. Caso a CONTRATADA não realize o pagamento correspondente a multa recebida pelo motorista dela ou realize fora do prazo previsto, estará sujeita as penalidades previstas na legislação vigente.

4.1.5.1.3. A fim de manter o controle e acompanhamento das notificações e pagamento de multas, os documentos pertinentes deverão ser devolvidos para o setor de administração das unidades do IFRR, após as providências cabíveis por parte da CONTRATADA.

4.1.5.2. Com relação a acidente de trânsito:

4.1.5.2.1. Ocorrendo acidente de trânsito com o veículo oficial, sendo o condutor o empregado da CONTRATADA, este deverá comunicar imediatamente à respectiva Coordenação de Transporte do Campus/Reitoria que por sua vez comunicará imediatamente ao respectivo setor de administração para as devidas providências. O empregado também deverá solicitar perícia, e, quando liberado pela perícia, providenciar o Boletim de Ocorrência feito por órgão competente e remover o veículo para a garagem ou, se for o caso para a oficina mecânica indicada pela CONTRATANTE.

4.1.5.2.2. Cabe ressaltar que o empregado deverá ter ciência do Regulamento das Atividades de Transporte no âmbito do IFRR, instituído pela Resolução CONSUP n.º 75, de 13/04/2012 e suas alterações. A CONTRATADA bem como seu empregado não poderá alegar desconhecimento deste regulamento em caso de acidente de trânsito cujo condutor seja o motorista dela;

4.1.5.2.3. Uma vez apurado a responsabilidade da CONTRATADA no acidente de trânsito, esta será notificada a pagar os prejuízos ocasionados ao veículo oficial e a terceiros, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de desconto na nota fiscal do mês subsequente ao vencimento do prazo bem como a responsabilização na legislação pertinente.

4.1.6. Dos furtos e roubos de objetos e bens

4.1.6.1. Na hipótese de verificação de furtos ou roubos a bens da CONTRATANTE por parte do empregado da CONTRATADA que preste serviço ao IFRR, durante o expediente de trabalho, ou em virtude de suas prerrogativas, a CONTRATADA ficará obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão da apuração de sua responsabilidade, que se fará através de processo específico.

4.1.6.2. Caso a CONTRATADA não faça o ressarcimento mencionado no item anterior dentro do prazo estipulado, o IFRR reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura no mês subsequente ao da apuração e cobrança, bem como poderá realizar a rescisão do contrato com base no art. 78, Inciso I, da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do débito.

4.1.7. Das horas extras:

4.1.7.1. A realização de horas extras ocorrerá em casos excepcionais, devendo ser dada preferência a compensação de horário de acordo com as necessidades do IFRR.

4.1.7.2. Em caso de pagamento de horas extras aos motoristas, estas serão ressarcidas pelo IFRR e deverão ser cobradas pela CONTRATADA em notas fiscais específicas ou, **desde que discriminado**, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato, acompanhadas de planilhas discriminatórias da cobrança, folha de pagamento, comprovante de recolhimento de INSS e FGTS, com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante controle de ponto eletrônico com visto da fiscalização do contrato.

4.1.7.3. Para fins de composição dos custos da prestação do serviço, as horas extras estimadas nos itens 1.1 e 1.2 estão calculadas de forma a atender a todo o período de vigência contratual (12 meses), e estão divididas em “hora extra 50%” para pagamento de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

horas extras realizadas de segunda-feira à sábado e “hora extra 100%” para pagamento de horas extras realizadas nos domingos e feriados.

4.1.7.4. A fim de se respeitar o princípio da isonomia entre os licitantes, será desclassificada a empresa que não apresentar a planilha de custos e formação de preços relativa às horas extras e diárias, em conformidade com o explicitado no item anterior.

4.1.7.5. O pagamento das HORAS EXTRAS aos Motoristas deverá ocorrer impreterivelmente na mesma data em que ocorrer o pagamento dos salários.

4.1.7.6. Farão jus a hora extra aqueles motoristas que tiverem as horas extras autorizadas pela respectiva Coordenação de Transporte do Campus/Reitoria, de modo que esta possa ter controle sobre as horas trabalhadas.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:

5.1.1. Os serviços deverão ser executados nas unidades do IFRR localizadas tanto na capital como nos municípios do Estado de Roraima, conforme endereços abaixo especificados:

UNIDADE	UASG	ENDEREÇO
Reitoria	158152	Rua Fernão Dias Paes Leme, nº11, Calungá, Casa Paulo VI. Cep: 69.303-200, Boa Vista/RR.
Campus Avançado Bonfim	158152	Rua Rodrigo Pires Figueredo, nº 44 – Centro, Bonfim – RR
Campus Amajari	158510	Rodovia Antonino Menezes da Silva (antiga RR 342), vicinal que liga a Balsa de Aparecida à Vila Brasil Km 03, Amajari - RR - CEP 69343-000
Campus Boa Vista	158350	Av. Glaycon de Paiva, 2496 - Pricumã - Boa Vista - RR - CEP: 69.303-340
Campus Boa Vista Zona Oeste	158352	Rua Prof. Nonato Chacon, Nº 1976 - Bairro Laura Moreira (Conjunto Cidadão) - Boa Vista - RR / CEP: 69.318-06
Campus Novo Paraíso	158351	BR-174, Km -512 - Vila Novo Paraíso - Caracará - RR - CEP: 69.365-000

5.1.2. Além da condução de veículos dentro do município de localização do Campus/Reitoria, os profissionais também necessitarão realizar deslocamentos intermunicipais e interestaduais, de acordo com a demanda de cada unidade.

5.1.3. Os empregados deverão ter direito ao seguro contra acidente de trabalho.

5.1.4. O IFRR possui uma frota de veículos automotores, classificados como veículos compreendidos entre as categorias B a D.

5.1.5. Para as viagens interestaduais em que sejam utilizados os veículos micro-ônibus e ônibus, será necessária a disponibilização de 02 (dois) motoristas para a execução dos serviços na condução de veículos oficiais.

5.1.6. Para fins do dimensionamento das propostas por parte dos fornecedores interessados nesta contratação, consta acima no item 4, “**Forma de Prestação dos Serviços**” informações que podem ser de grande valia aos eventuais participantes do certame.

5.1.7. Na contratação em questão, os motoristas terão que conduzir diversos tipos de veículos de passageiros e de carga, como automóveis, caminhonetes, vans ou ônibus. Desse modo, deve ser adotado como valor de salário dos empregados, quando do preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, o valor correspondente aos profissionais com carteira de habilitação categoria “D”.

5.1.8. O enquadramento sindical para fins de elaboração da planilha de custos e formação de preços da CONTRATADA é de responsabilidade de cada empresa, que, por sua vez, deverá observar fatores como a atividade preponderante da empresa ou documento aplicável em caso de eventual categoria diferenciada envolvida na contratação e o local da prestação dos serviços, conforme orientação predominante na jurisprudência trabalhista.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

5.1.9. Para a formação da planilha de custos da administração, que baseará o limite máximo dos preços a serem aceitos pelo IFRR, adotaremos a Convenção Coletiva de Trabalho que abrange a(s) categoria(s) de Trabalhadores em Transportes Coletivos Urbanos e Rodoviários, com abrangência territorial em RR, com vigência no período de 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 e a data-base da categoria em 01º de maio, registrada no Ministério do Trabalho com o número: RR000038/2018.

5.1.10. Dos salários dos postos de serviços:

5.1.10.1. Não obstante a garantia constitucional de liberdade de associação profissional ou sindical (art. 8ª da CF), vale ressaltar algumas características que devem ser observadas para fins de enquadramento sindical adequado, quais sejam, os serviços objeto desta contratação são típicos de terceirização com disponibilidade de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, mesmo descartando qualquer espécie de vínculo empregatício em sua execução.

5.1.10.2. Quanto ao serviço de transporte de pessoas e/ou cargas para condução da frota de veículos oficiais do órgão, chamamos atenção para o fato de que o objeto não envolve a disponibilidade de veículo automotor, pois a CONTRATANTE dispõe de frota própria para atender suas necessidades.

5.1.10.3. Qualquer reajuste de salário ou aumento de qualquer outro benefício a ser pleiteado durante o prazo de vigência do contrato deverá estar em consonância com a CCT que tenha sido a fonte para preenchimento da sua Planilha de Custos e Formação de Preços e formulação da sua proposta, e/ou com a legislação pertinente, inclusive para fins de repactuação e revisão de preços.

5.1.11. Do pagamento e da quantidade de diárias por deslocamentos a serviço:

5.1.11.1. No caso de viagens para fora do município sede da prestação dos serviços, a critério da CONTRATANTE e no interesse da Administração, será devido pela CONTRATADA o pagamento, ao profissional, do adicional a título de diária/ajuda de custo, sem qualquer espécie de desconto, conforme os limites legais.

5.1.11.2. O valor a ser ofertado a título de diárias deverá ser àquele correspondente a CCT adotada e constar na Planilha de Custos e Formação de Preços, à sua inteira responsabilidade, devendo cobrir todas as despesas do motorista com hospedagem e alimentação, observados os casos em que o deslocamento seja realizado com pernoite. No caso da CCT não estabelecer valor para diárias, será utilizado o correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos valores das diárias praticadas no Serviço Público Federal, segundo anexo I ao Decreto nº 5992/2006, sem qualquer espécie de desconto, conforme os limites legais.

5.1.11.3. Não haverá diária para os deslocamentos com destino a municípios limítrofes pertencentes a mesma zona metropolitana com o município onde será prestado o serviço.

5.1.11.4. A CONTRATANTE informará a CONTRATADA a realização de deslocamentos com pagamento de diárias com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. A CONTRATADA deverá adiantar aos profissionais os valores necessários para cobrir as despesas de viagem, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do horário previsto para saída, constante de convocação da Administração.

5.1.11.5. Quando da ocorrência de diárias durante a execução contratual, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de Nota Fiscal específica, ou, **desde que discriminado**, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato.

5.1.11.6. A CONTRATADA deverá efetuar a cobrança das diárias à CONTRATANTE, mensalmente, sempre que houver ocorrido o referido dispêndio no mês anterior ao da cobrança.

5.1.11.7. Registre-se que somente serão pagas as diárias efetivamente ocorridas no mês correspondente.

5.1.11.8. O valor da diária deverá ser informado separadamente da Planilha de Formação de Preços apresentada pela CONTRATADA na fase licitatória.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

5.1.11.9. No valor ofertado na Planilha de Custos deverá ser descontado o valor do vale-refeição eventualmente fornecido e do vale transporte.

5.1.12. Do pagamento e da quantidade estimada de horas extras:

5.1.12.1. O excesso de horas de trabalho em um dia poderá ser compensado ou remunerado, obedecendo ao disposto na CCT indicada.

5.1.12.2. Quando da ocorrência de horas extras durante a execução contratual, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de Nota Fiscal específica, ou, desde que discriminado, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato.

5.1.12.3. Caso haja necessidade, na eventual prestação de serviços cuja duração exceda a jornada de trabalho dos motoristas, poderão ser feitas horas extras, limitada à 2h (duas) horas/extra, por dia, na forma da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012 e mediante autorização pela Administração.

5.1.12.4. As horas extras serão pagas mediante sua efetiva execução. Será considerada efetiva execução, somente as horas em que o Motorista estiver efetivamente dirigindo e não apenas afastado do Posto de Trabalho.

5.1.12.5. Efetuar, se for o caso, o pagamento de serviços extraordinários, por empregado, quando esgotados todos os meios de utilização do “BANCO DE HORAS”, de acordo com o que estiver previsto no Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da respectiva categoria profissional e em conformidade com o art. 59 do Decreto-Lei nº 5.452/43.

5.1.12.6. A CONTRATADA deverá efetuar a cobrança das horas-extras à CONTRATANTE, mensalmente, de preferência junto com a cobrança mensal dos serviços, sempre que houver ocorrido o referido dispêndio no mês anterior ao da cobrança.

5.1.12.7. O pagamento das horas extras aos motoristas deverá ocorrer impreterivelmente na mesma data em que ocorrer o pagamento dos salários.

5.1.13. Do pagamento de hora noturna:

5.1.13.1. Quando da eventualidade de ocorrência de horas de trabalho noturno que exijam o pagamento do adicional noturno, e seus reflexos, durante a execução contratual, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de Nota Fiscal específica, ou, desde que discriminado, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato.

5.1.13.2. Estima-se a não ocorrência de trabalho noturno, ou, em caso de ocorrência, em quantidades não relevantes para o contrato. Fica esclarecido que somente serão pagas as horas de trabalho noturno, efetivamente, ocorridas no mês correspondente. As horas noturnas serão pagas na nota fiscal/fatura, **não sendo passível de compensação** (banco de horas).

5.1.14. Resumo das quantidades estimadas de diárias, horas-extras e adicional noturno:

5.1.14.1. O referido serviço de transporte necessita da previsão de despesas com deslocamentos (diárias) que foram estimadas conforme itens 1.1 e 1.2, para 12 (doze) meses, a serem pagas segundo a demanda do órgão e nos termos da CCT.

5.1.14.2. Para definição dos referidos quantitativos, o órgão levou em consideração o histórico e as diversas variáveis que integram a sua demanda ou necessidade. O escopo da solução apresentada deve ser capaz de satisfazer a problemática do IFRR e suprir suas necessidades em relação ao objeto demandado.

5.1.14.3. Em relação ao serviço de condução dos veículos, como já foi dito em várias oportunidades neste documento, pelo fato de se destinar a condução principalmente de pessoas do órgão no exercício de suas funções institucionais, a contratação destes serviços deve contemplar um custo com as despesas de viagem (diárias), com os valores/condições previstos acima e na respectiva CCT e a ser ressarcido à empresa CONTRATADA segundo a demanda e utilização pela CONTRATANTE. Sendo assim, o custo total dessa contratação dos serviços de motoristas envolve, além do custo da mão de obra em si, com todos os seus itens componentes (salário-base, benefícios, encargos e tributos, custos indiretos, lucro...), também deve prever um custo estimado com as referidas “diárias”, de acordo com subitem 5.1.9.2.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. Tendo em vista a natureza dos serviços objeto da presente contratação e considerando as peculiares do encargo necessário para atender às necessidades da CONTRATANTE, não foi definida uma produtividade de referência para fins de aferição da execução de serviço considerado aceitável para efeito de pagamento baseado em resultado.

6.1.2. Não foi possível definir parâmetros objetivos de qualidade em função de uma unidade de medida devido à natureza do objeto a ser contratado e/ou da ausência de precedentes conhecidos em contratações análogas ou junto ao mercado fornecedor.

6.1.3. Conforme admitido, de forma excepcional, na própria IN SEGES/MP nº 05/2017 (Anexo V, item 2.6, alínea d e seguintes), a remuneração da CONTRATADA se dará por postos de trabalhos, considerando o tipo, quantitativo, lotação, carga horária semanal, salário da CCT e demais características já explicitadas neste instrumento, em especial no item “Forma de Prestação dos Serviços”.

6.1.4. Sempre no intuito de melhor atender às necessidades do órgão pelos serviços em questão, as unidades do IFRR poderão, segundo seus critérios de conveniência e oportunidade, flexibilizar a execução da atividade ao longo do horário de expediente, respeitadas as disposições da legislação trabalhista a exemplo do intervalo mínimo para descanso e alimentação, sendo vedado a realização de horas extras ou o pagamento de adicionais não previstos/estimados no instrumento convocatório.

6.1.5. A fim de prever, no que couber, um mecanismo que possibilite um controle do nível esperado de qualidade dos serviços prestados, foi elaborado um mecanismo de aferição da prestação dos serviços em substituição ao modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) previsto na IN SEGES/MP nº 05/2017 (anexo V, item 2.6, alínea d.5), conforme consta na “Tabela de Níveis de Satisfação dos Serviços Prestados”, Anexo IV deste instrumento.

6.1.5.1. Mensalmente, o fiscal do contrato preparará relatório das vistorias, anotando-se os níveis de serviços e atendimento dos diversos quesitos, conforme a seguinte pontuação:

a) a tarefa/obrigação/atividade que tenha nota classificada como “péssimo”, com pontuação equivalente a 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, deverá ser anotada sempre que o quesito não for atendido em sua totalidade;

b) a tarefa/obrigação/atividade que tenha nota classificada como “regular”, com pontuação equivalente a 0,1 (um décimo) ponto, indica que o quesito foi atendido, porém de forma não satisfatória;

c) a tarefa/obrigação/atividade que tenha nota classificada como “bom” não sofrerá nenhuma pontuação, visto que essa marcação indica que o quesito foi efetuado a contento, de forma satisfatória.

6.1.5.2. A maioria dos quesitos são gerais e inerentes à prestação de serviços com disponibilidade de mão de obra, mas existem quesitos específicos que só se aplicam ao respectivo item.

6.1.5.3. A nota mensal máxima será de 10 (dez) pontos se todos os quesitos forem considerados “bons”, ou seja, forem cumpridos de forma satisfatória, sem qualquer pontuação de desconto.

6.1.5.4. Havendo quesitos considerados “regulares” ou “péssimos” haverá desconto na nota máxima mensal, conforme a tabela constante no ANEXO IV.

6.1.5.5. Os cálculos para verificação da nota final do mês em análise obedecerão à seguinte fórmula:

a. Nota final no mês = 10 – (soma dos totais de pontos perdidos do profissional alocado/quantidade de profissionais);

6.1.5.6. Sempre que a nota for menor ou igual a 6 (seis), a CONTRATADA receberá multa de 2% sobre o faturamento do mês;

6.1.5.7. Sempre que a nota for maior que 6 (seis) e menor ou igual a 8 (oito), a CONTRATADA receberá multa de 1% sobre o faturamento;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

- 6.1.5.8. Sempre que a nota for maior que 8 (oito) e menor que 9,5 (nove vírgula cinco) a CONTRATADA receberá advertência;
- 6.1.5.9. Sempre que a CONTRATADA acumular três advertências no ano, receberá multa de 2% sobre o valor faturado do mês;
- 6.1.5.10. 6.1.6 A vistoria será realizada, aleatoriamente, em qualquer dia da semana ou hora durante o expediente.
- 6.1.5.11. Será anotado apenas um nível de satisfação (péssimo, regular ou bom) para avaliação. Então como exemplo, visita-se o posto e avalia-se no conjunto, observando se os quesitos atendem aos critérios de satisfações indicados.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Para o atendimento da necessidade, o motorista deverá possuir CNH categoria “D” e possuir cursos de transporte coletivo e escolar;
- 7.2. O serviço é de natureza contínua, visto que se trata de motorista que executará as atividades-meio essenciais ao funcionamento do IFRR durante o ano letivo;
- 7.3. A contratação deverá ser pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, conforme legislação pertinente vigente;
- 7.4. Haverá fornecimento de material, equipamento ou tecnologia na execução do serviço em questão, não havendo necessidade de transferência de material, conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;
- 7.5. O Código Brasileiro de Ocupações (CBO) do motorista a ser contratado é 7824 ou 7823.
- 7.6. Será exigido, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica de acordo com o objeto descrito neste documento e expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução nos termos do edital.
- 7.7. Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério das unidades do IFRR.
- 7.8. Serão provisionados recursos financeiros, nos percentuais previstos nas normas legais pertinentes e especificados na Planilha de Custo e Formação de Preços, para o pagamento de férias, 13º salário, rescisão contratual e indenização compensatória sobre o FGTS dos trabalhadores da CONTRATADA empregados na execução do contrato, cujos valores retidos das faturas mensais serão depositados pelo CONTRATANTE em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 05/2017, e suas alterações, expedida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 7.9. As empresas licitantes, adjudicatárias e CONTRATADAS estarão sujeitos às penalidades previstas nos artigos no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, e nos Artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, assegurado o Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa.
- 7.10. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global dos serviços.
- 7.11. A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 7.12. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, no interesse da Administração, nas mesmas condições assumidas, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato inicial atualizado, conforme prevê o § 1º do Art. 65, da Lei nº 8.666/93.
- 7.13. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação, mensal, do gestor/fiscal do contrato através do mecanismo de aferição da prestação dos serviços.
- 7.14. A empresa CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos dos motoristas: cópia da carteira de identidade (RG), do cadastro de pessoas físicas (CPF), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), do comprovante de residência, da carteira de trabalho mostrando o vínculo do motorista com a empresa CONTRATADA, antecedentes criminais federal e estadual e demais certificados exigidos para prestação dos serviços neste IFRR.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

7.15. Os requisitos acima mencionados deverão no que couber serem apresentados no ato da assinatura do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Serão designados servidores para atuar na gestão e fiscalização dos contratos oriundos deste procedimento com a finalidade de verificar e buscar o cumprimento do encargo decorrente das necessidades da CONTRATANTE previsto para os serviços contratados, de levantar a situação das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias da mão de obra alocada, bem como atuar nos procedimentos de repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção contratual e outros, sempre visando garantir que as condições avençadas no contrato serão cumpridas e a demanda do órgão será satisfeita.

8.2. Antes do início da prestação dos serviços, a empresa CONTRATADA deve indicar, através de documento formal com poderes e deveres expressos, um “preposto” que lhe representará junto à CONTRATANTE nas questões relativas à execução do objeto.

8.2.1. A indicação do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pela CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

8.2.2. A CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

8.3. Todas as comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. Não obstante o início da execução dos serviços com um todo seja de imediato, com a assinatura do contrato, não caracterizando a implementação por etapas, bem como a alocação da mão de obra exclusiva deva se dar de forma integral, caso ocorra a disponibilidade do pessoal gradativamente por qualquer motivo, os pagamentos devidos à CONTRATADA serão proporcionalizados conforme esse fato.

8.5. Conforme já foi detalhado no item “Metodologia de Avaliação da Execução dos Serviços” acima, considerando a natureza dos serviços objeto da presente contratação, bem como suas peculiares quanto ao encargo necessário para atender às necessidades da CONTRATANTE, não foi definida uma produtividade de referência para fins de aferição da execução de serviço considerado aceitável para efeito de pagamento baseado em resultado. Não foi possível definir parâmetros objetivos de qualidade em função de uma unidade de medida devido à natureza do objeto a ser contratado e/ou da ausência de precedentes conhecidos em contratações análogas ou junto ao mercado fornecedor.

8.6. Conforme admitido, de forma excepcional, na própria IN SEGES/MP nº 05/2017 (Anexo V, item 2.6, alínea d e seguintes), a remuneração da CONTRATADA se dará por postos de trabalhos, considerando o quantitativo, lotação, carga horária semanal, salário da CCT e demais características já explicitadas neste instrumento, em especial nos itens “Forma de Prestação dos Serviços” e “Metodologia de Avaliação da Execução dos Serviços” já listados acima.

8.7. O mecanismo utilizado em substituição ao IMR detalhado no item 6 acima - “Metodologia de Avaliação da Execução dos Serviços”, conforme admitido na própria IN SEGES/MP nº 05/2017 (anexo V, item 2.6, d.5), não obstante não tenha sido elaborado de forma idêntica ao modelo de IMR proposto na IN devido às características dos serviços objeto desta contratação, contempla as questões mais importantes como considerar para fins de aferição da qualidade esperada dos serviços as atividades mais relevantes ou críticas que possam interferir nesse nível qualidade e nos resultados desejados, adequação do pagamento à conformidade com os quesitos estipulados, aplicação de penalidades em razão de desconformidades baseados em faixas de pontuação e outras.

8.8. Além deste, outros mecanismos destinados ao controle da execução contratual que serão utilizados na fiscalização da prestação dos serviços como a exigência de “Garantia de Execução Contratual” e utilização da “Conta-Depósito Vinculada”, quesitos disciplinados detalhadamente no respectivo Instrumento Convocatório.

8.9. Do pagamento



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

8.9.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

8.9.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será **precedida** do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

8.9.2.1. No prazo de até 5 (*cinco*) dias úteis do término do mês de prestação do serviço, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas na IN SEGES/MP n.º 5/2017 relativas ao mês anterior ao da prestação do serviço, **juntamente com a cópia da folha de ponto do mês da prestação do serviço**;

8.9.2.2. No prazo de até 5 (*cinco*) dias úteis a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.9.2.3. No mesmo prazo, o fiscal administrativo deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

8.9.2.4. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

8.9.3. No prazo de até 5 (*cinco*) dias úteis a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

8.9.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.9.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.9.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.9.4. Quando um mesmo servidor exercer as funções de fiscal técnico, administrativo e gestor do contrato, o prazo para recebimento provisório e definitivo será de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da documentação entregue pela CONTRATADA.

8.9.5. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9.6. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

8.9.7. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação, poderá ser concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a CONTRATADA regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

8.9.7.1. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, e a cópia da folha de ponto do mês da prestação do serviço, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.9.7.2. Na hipótese acima prevista, e em não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato. Neste caso, o sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado para, querendo, acompanhar o pagamento das referidas verbas.

8.9.7.3. Os pagamentos previstos no subitem acima, caso ocorram, não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

8.9.7.4. Quando, justificadamente, não for possível a realização do pagamento direto aos empregados, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

8.9.7.5. Não haverá reembolso de salários pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

8.9.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.9.9. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.9.9.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.9.9.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9.9.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.9.9.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.9.9.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

8.9.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n.º 5/2017, quando couber.

8.9.11. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

8.9.11.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

8.9.11.2. Cotação de percentual maior que o adequado: para atender as orientações dos Acórdãos TCU n.º 3.037/2009-P, n.º 1.696/2010 - 2ª Câmara, n.º 1.442/2010-2ª Câmara e n.º 387/2010-2ª Câmara, o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa/dedução, quando do pagamento ou da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

8.9.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, devendo a Administração verificar se o SICAF acusa o referido vínculo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

8.9.13. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

8.9.13.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

8.9.13.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

8.9.13.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional (Nota Técnica nº 652/2017-MP), devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

8.9.14. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987 (Orientação Normativa SLTI/MP nº 3, de 10 de setembro de 2014).

8.9.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9. UNIFORMES

9.1. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

9.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

Item	Descrição	Unid.	Qtd. por posto	Qtd. anual por posto
1	Calça comprida, modelo social, tecido microfibra ou oxiford, com braguilha forrada, 02 bolsos laterais, 02 traseiros e presilhas para cinto, na cor preta.	Unid.	02	04
2	Camisa manga curta em algodão ou poliéster, com bolso e emblema da empresa.	Unid.	04	08
3	Meia social	Par	04	08
4	Cinto em couro na cor preta	Unid.	02	04
5	Sapato social, fechado, antiderrapante, em couro na cor preta	Par	04	08



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

6	Crachá em PVC com logomarca da empresa, contendo foto 3x4 recente, nome, função (posto) e legenda indicando a unidade de lotação do colaborador.	Unid.	01	02
---	--	-------	----	----

9.3. Os uniformes deverão ser substituídos pela CONTRATADA semestralmente, a partir da assinatura do contrato, independente da data de entrega dos mesmos, ou a qualquer momento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação e mediante comunicação escrita da CONTRATANTE.

9.4. Os uniformes completos deverão ser fornecidos em até 15 (quinze) dias do início da contratação do prestador de serviços.

9.5. Os uniformes deverão ser de boa qualidade, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, contendo a logomarca da empresa e sem qualquer repasse do custo para o empregado.

9.6. Todos os prestadores de serviços serão obrigados a portar crachá contendo foto recente 3x4 colorida, uniforme e EPI's adequados ao desenvolvimento das atividades, durante a jornada de trabalho.

9.7. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade.

9.8. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

9.9. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

10. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A execução dos serviços será iniciada, de forma imediata, após a assinatura do contrato, na forma que segue:

10.1.1. Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE promoverá reunião inicial com a CONTRATADA para apresentação das condições gerais relativas à execução dos serviços como o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros aspectos;

10.1.1.1. Os assuntos tratados na reunião inicial serão registrados em ata e, de preferência, devem estar presentes o gestor, o fiscal ou equipe responsável pela fiscalização do contrato, o preposto da empresa, e, se for o caso, o servidor ou a equipe de Planejamento da Contratação;

10.1.1.2. A CONTRATANTE, sempre que julgar necessário por critérios de conveniência e oportunidade, realizará reuniões periódicas com o preposto, de modo a garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços;

10.1.1.3. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade competente do setor de licitações, o prazo inicial da prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela CONTRATADA antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.

10.1.1.3.1. Na análise do pedido de que trata o item acima, a CONTRATANTE observará se o seu acolhimento não viola as regras do ato convocatório, a isonomia, o interesse público ou qualidade da execução do objeto, devendo ficar registrado que os pagamentos serão realizados em conformidade com a efetiva prestação dos serviços.

11. DA VISTORIA

11.1. Não será exigida vistoria prévia ao local de prestação dos serviços, sendo a mesma substituída por descrições inseridas neste Termo de Referência e no Edital.

11.2. Estará franqueada aos interessados a vistoria ao local de prestação dos serviços para que, aqueles que assim o desejarem, tomem ciência das condições inerentes aos serviços.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

11.2.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08 horas as 12 horas e 14 horas as 18 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (95) 3621-8046 ou email daplan@ifrr.edu.br podendo sua realização ser comprovada por:

11.2.1.1 Atestado de vistoria assinado por servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017; ou

11.2.1.2 Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizara deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este Campus, na forma do presente termo.

11.2.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

11.2.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

12.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista.

12.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

12.7.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.7.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;

12.7.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.7.4. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

12.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.10. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração.

13.4. Providenciar equipamento próprio para registro eletrônico das frequências dos seus funcionários.

13.5. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do contrato, conforme exigência legal.

13.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

13.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

13.9. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

13.10. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes.

13.11. As empresas CONTRATADAS que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

13.11.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso.

13.11.2. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA.

13.11.3. Cópia de certificados, certidões e demais documentos que comprovem o atendimento ao item 4.1.1. do presente termo.

13.11.4. Cópia dos exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

- 13.11.5. Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 13.11.6. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 13.12. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT **deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato**, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 13.13. Substituir, no prazo de **02h (duas horas)**, em caso de eventual ausência, tais como, faltas e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto à administração do Campus/Reitoria.
- 13.14. As substituições dos empregados deverão ser informadas por escrito à administração do Campus/Reitoria, a qual repassará uma cópia do documento à fiscalização do contrato para registro e acompanhamento.
- 13.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE.
- 13.15.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.16. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.17. Autorizar a Administração da CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.17.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 13.18. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente.
- 13.19. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

- 13.20. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.
- 13.21. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 13.22. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 13.22.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
 - 13.22.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
 - 13.22.3. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 13.23. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato.
- 13.24. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 13.25. Fornecer, mensalmente, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE.
- 13.25.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
 - 13.25.2. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no Item anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 13.25.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.**
- 13.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 13.27. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 13.29. Não beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 13.30. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.30.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 13.31. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.32. Quanto aos critérios e/ou práticas de sustentabilidade ambiental viáveis e compatíveis com os Serviços de Transportes de Pessoas para Condução de Veículos Oficiais seguem as seguintes exigências à contratada:

13.32.1. A contratada deverá viabilizar treinamento relativo à eco-condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

13.32.2. A prestadora de serviços deve desenvolver ações junto a seus motoristas envolvidos na execução contratual para contribuir com a conscientização no trânsito.

13.32.3. A CONTRATADA deverá desenvolver critérios para controlar multas e acidentes, utilizando indicadores, e reduzir os custos, além de aumentar a segurança e a saúde dos condutores e terceiros.

13.32.4. Como mecanismo de controle interno que visa reduzir os riscos com essa contratação, nos termos do que dispõe o art. 18 da IN SEGES/MPDG N. 5/2017, este IFRR utilizará a Conta-Depósito vinculada cujas regras a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 são as estabelecidas no Edital. O referido anexo do normativo do Ministério do Planejamento contém inclusive os respectivos percentuais a serem provisionados que incidirão sobre a remuneração.

13.33. Contratar como mão de obra pessoas presas ou egressas do sistema prisional na forma do Decreto 9450/2018.

13.34. A não observância das regras contantes do Decreto 9450/2018 acarretará em quebra de cláusula contratual e possibilidade a rescisão por iniciativa da administração pública federal, além das sanções previstas na Lei 8.666/1993 e no presente instrumento.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.2. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – **Fiscalização Técnica:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – **Fiscalização Administrativa:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV – **Fiscalização Setorial:** é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V – **Fiscalização pelo Público Usuário:** é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela CONTRATADA, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.3. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

16.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (**os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração**), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.7. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

16.8. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

16.9. Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias, de quaisquer dos seguintes documentos:

- c.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- c.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
- c.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- c.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- c.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- d) Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
 - d.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - d.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - d.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - d.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.10. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.11. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.12. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 16.6 acima deverão ser apresentados.

16.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.14. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

16.15. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.16. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.17. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.17.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
- b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
- c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

- d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);
- e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
- f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - g.1. Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela CONTRATADA;
 - g.3. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e
 - g.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.17.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicafe, bem como: Cópia da folha de pagamento analítica mês anterior ao da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE; Cópia dos contracheques dos empregados relativos ao mês anterior ao da prestação dos serviços; cópia de recibos de depósitos bancários; Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos ao mês anterior da prestação dos serviços.
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.17.3. Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.17.4. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.18. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

16.19. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.20. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.21. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e emitirá o relatório das vistorias utilizando a tabela de níveis de satisfação dos serviços prestados, conforme ANEXO IV, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.22. A utilização do relatório de vistoria não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.23. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.24. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.24.1. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.25. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.26. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.27. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.28. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.29. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.30. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.31. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.32. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

16.32.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.32.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.32.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

16.33. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.34. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização.

17.2.1. Ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório.

17.2.2. Ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior.

17.2.3. Será elaborado relatório circunstanciado, com registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual será encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

17.3.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17.3.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no relatório das vistorias utilizando a tabela de níveis de satisfação dos serviços prestados.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e gestão da execução.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.1.5. cometer fraude fiscal;
- 18.1.6. não manter a proposta.

18.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

- 18.2.1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;
- 18.2.2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

18.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.3.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.3.2. Multa de:

18.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

18.3.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.3.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

18.3.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

18.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

18.4. As sanções previstas nos subitens 18.3.1, 18.3.3, 18.3.4 e 18.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

18.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

18.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, e das disposições contratuais correlatas, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contados da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que o valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da CONTRATADA que venham a participar da execução dos serviços contratados.

20. DO TERMO DE CONTRATO

20.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto no art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93.

20.2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

20.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

20.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, dentro da vigência da Ata, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.5. A CONTRATADA não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo ser prorrogado o prazo de vigência do presente instrumento, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e que a instrução processual contemple os seguintes requisitos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

- 20.5.1. estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 20.5.2. relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 20.5.3. justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 20.5.4. comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
 - 20.5.5. manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação; e
 - 20.5.6. comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 20.6. A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à prévia aprovação da Procuradoria Federal responsável pelas atividades de consultoria jurídica da CONTRATANTE.
- 20.7. Em caráter excepcional, devidamente justificado no processo e mediante autorização da autoridade competente, o prazo de sessenta meses de que trata o item 20.1. poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses, na forma estabelecida no art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666/93.
- 20.8. Quando da prorrogação contratual, a CONTRATANTE:
- 20.8.1. realizará pesquisas de preços, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014, e assegurar-se-á de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma nova licitação, sem prejuízo de eventual negociação com a CONTRATADA para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado;
 - 20.8.2. realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;
- 20.9. A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência do contrato, a CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 03 (três) dias, contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do presente Contrato;
- 20.10. Se positiva a resposta da CONTRATADA, a CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, a elaboração do respectivo Termo Aditivo;
- 20.11. Esta resposta terá caráter irretratável e, portanto, a CONTRATADA dela não poderá, após expressa manifestação neste sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;
- 20.12. Eventual desistência da CONTRATADA após expressa manifestação de interesse na prorrogação contratual ensejará a devida aplicação de penalidade pela CONTRATANTE, nos moldes estabelecidos na disposição correspondente do Termo de Referência;
- 20.13. Caso a CONTRATADA manifeste, num primeiro momento, por não ter interesse em prorrogar o Contrato e posteriormente venha a se retratar, demonstrando vontade de prorrogá-lo, fica a critério da CONTRATANTE proceder à prorrogação ou dar curso a novo processo de licitação.
- 20.14. A CONTRATANTE não poderá prorrogar o presente Contrato quando:
- 20.14.1. os preços contratados estiverem superiores aos estabelecidos como limites em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços (art. 5º da Portaria SEGES/MP nº 213, de 25 de setembro de 2017); ou
 - 20.14.2. a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

21. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

21.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP nº 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 são as estabelecidas no presente Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

21.2. A CONTRATADA deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

21.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

21.3. Autorizar o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5/2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

21.3.1. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n.º 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 21.3.1.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 21.3.1.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 21.3.1.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- 21.3.1.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 21.3.1.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

21.3.2. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

21.3.3. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

21.3.4. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

21.3.5. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

21.3.5.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

21.3.5.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

21.3.5.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

21.3.6. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n.º 5/2017.

22. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. A fim de auxiliar outros órgãos da administração pública que necessitem dos mesmos serviços ora contratados, baseado no princípio da economicidade, a ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

22.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, a **duas vezes** o quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

22.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

22.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

22.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

22.7. O Órgão Gerenciador poderá autorizar o remanejamento das quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata entre os órgãos participantes e não participantes do presente pregão eletrônico para registro de preços, nos termos da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 6 de 25 de julho de 2014.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Homologado o resultado da licitação, o Campus Boa Vista convocará o licitante dentro da validade de sua proposta respeitada à ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de contratação/prestação dos serviços nas condições estabelecidas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

23.2. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços e dentro de sua validade, a licitante vencedora poderá ser convocada para assinar o contrato em até 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, uma única vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra relevante motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

23.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem onera o objeto do contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE, em que esta não tenha dado causa.

23.4. Os valores e quantitativos expressos neste Termo de Referência constituem mera estimativa de gasto e utilização, podendo ocorrer, ao final do contrato, consumo inferior ao previsto, considerado principalmente o parágrafo seguinte.

23.5. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, a qualquer momento, diante de razões de interesse público (principalmente quando na adoção de outra forma/sistemática de execução do objeto de forma a proporcionar maior eficiência operacional), conforme previsto na lei 8.666/93 no art.79, I, combinado com o art. 78, XII.

Boa Vista – RR, 31 de janeiro de 2019.

TATIANE CRISTINA DE JESUS
Diretora de Planejamento e Administração
IFRR/Campus Boa Vista



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO II
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

Pregão SRP n.º/.....
Processo n.º

O(A).....(*órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria n.º de de de 200..., publicada no de de de, inscrito(a) no CPF sob o n.ºportador(a) da Carteira de Identidade n.º, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/20..., publicada no de/20..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como à Portaria n. 409, de 21 dezembro de 2016 e à Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 05, de 26 de maio de 2017 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* n.º/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Prestador do serviço (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
Item Ou lote do TR	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor total mensal	Valor total anual
VALOR TOTAL PARA O FORNECEDOR:						

3. ORGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. *São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

<i>Item n.º</i>	<i>Órgãos Participantes</i>	<i>Und.</i>	<i>Quantidade</i>

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a contar da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*
- 5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 5.9.1. por razão de interesse público; ou
- 5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.*
- Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO III

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O (A) E A EMPRESA

O(A) (órgão ou entidade pública), com sede no(a), na cidade de/Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão – Sistema de Registro de Preços nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor total mensal	Valor total anual
1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria “D”, 44h semanais	Posto				
2	Diárias sem pernoite	Diária				
3	Diárias com pernoite	Diária				
4	Hora Extra 50%	Hora				
5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora				
6	Hora Extra 100%	Hora				
7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora				
VALOR TOTAL:						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
 - 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
 - 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (....), perfazendo o valor total de R\$(....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

Empenho:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- 6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

- época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- 6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
 - 6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
 - 6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.
- 6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
- 6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
 - 6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;
 - 6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
 - 6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

- 6.13.5. Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da CONTRATADA.
- 6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- 6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - 6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - 6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 6.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

7.1. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MPDG n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.2. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do Anexo X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

ANEXO IV

**TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO
TRABALHO E A UNIÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União – 1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores”



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO V

MODELO DE PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do processo: 23229.000694.2018-43			
Licitação nº:			
Data prevista para realização do certame:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta ATÉ (dia/mês/ano)		
B	Município/UF (deverá ser observado o município para cada unidade participante)		
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio coletivo		
D	Número de meses de execução contratual	12	
E	Acordo, Convenção ou Dissídio coletivo		
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de serviço: Mão de obra exclusiva para condução de veículo		Unidade de Medida	
MOTORISTA 44 HORAS SEMANAIS		posto	
TOTAL DE POSTOS			
MÓDULOS			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	MOTORISTA	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)		
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)		
5	Data-base da categoria (dia/mês/ano)		
6	Quantidade de motorista por posto de serviço		
Nota 1: A planilha deverá ser calculada considerando o valor mensal do empregado			
Módulo 1: Composição da Remuneração (por posto)			
1	Composição da Remuneração (por Posto)	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário-Base (para 44hs semanais de segunda-feira a sábado)		
B	Adicional de Periculosidade (Lei nº 12.740/2012) (30% do Salário-Base)	30,00%	
C	Adicional Insalubridade (Verificar se há percentual especificado na CCT)	%	
D	Adicional Noturno	20%	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

E	Adicional de hora noturna reduzida					
F	Outros (especificar)					
Total da Remuneração para incidir INSS + FGTS + 13º + férias, etc.						
TOTAL MÓDULO 1						
Módulo 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias						
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, e Adicional de Férias			%	Valor (R\$)	
A	13º (décimo terceiro) Salário Cálculo do valor = Rem/12. CONTA VINCULADA			8,33%		
B	Férias e Adicional de Férias Cálculo do valor = [(1/11)+((1/3)/11)]. CONTA VINCULADA			12,1%		
TOTAL:						
C	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 2.1			7,52%		
Total						
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina e adicional de férias. Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima. Nota 3 Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 57 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável. (inserir em 24/09/2018, IN 07/2018)						
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições						
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições				Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS				20,00%	
B	Salário Educação				2,50%	
C	Seguro acidente de trabalho (RAT x FAP)	RAT =	3%	FAP =	1,0000	3,00%
D	SESC ou SESI				1,50%	
E	SENAC ou SENAI				1,00%	
F	SEBRAE				0,60%	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

G	INCRA	0,20%	
H	FGTS	8,00%	
Total		36,80%	

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (incido em 24/09/2018, IN 07/2018)

Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte Cálculo do valor: [(2xVTx15) – (6%xSB)]	
	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ -
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado	2 -
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22
B	Auxílio-Refeição/Alimentação Cálculo do valor = (Valor Aux. Alim.*22)	
	B.1) Valor do Auxílio-Alimentação (verificar cláusula da CCT)	R\$ -
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	22
C	Cesta básica/de produtos alimentícios	0,00
D	Seguro de vida	0,00
E	Outros (especificar)	0,00
Total		

Nota 1: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
Total		

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017.

Módulo 3 - Provisão para Rescisão (base de cálculo modulo 1 + 2.1)

3	Provisão para Rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado Cálculo do valor = Rem. + Total módulo 2.2/12 x 5%	0,42%	
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,031%	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

C	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o Aviso Prévio Indenizado Obrigatória a cotação de 0,24% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017 (0,24% + 4,76% = 5,0%)	0,24%	
D	Aviso Prévio Trabalhado (negociar extinção/redução na 1ª prorrogação) - Vide Nota 1	1,94%	
E	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	
F	Multa do FGTS e contribuições sociais sobre o Aviso Prévio Trabalhado Obrigatória a cotação de 4,76% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017 (4,76%+0,24% = 5,0%)	4,76%	
TOTAL			
Nota 1: A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação do contrato, conforme Lei nº 12.506/2011.			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intra jornada (Submódulo 4.2) a depender da prestação do serviço. Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.			
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): BCCPA = Rem + 13º + Férias + 1/3Férias - (exceto a linha “A” que tem % fixo pela conta vinculada e o Afastamento Maternidade) - Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU n 1.753/2008 do Plenário OBS A SER EXCLUÍDA:O valor das Férias acima, quando tiver conta vinculada, deve ser o mesmo o item 4.1.”A” abaixo. Quando não tem conta vinculada não se pode adotar esse procedimento pois se necessita do valor do BCCPA para se calcular as Férias, o que não é o caso da conta vinculada.			
Submódulo 4.1 – Ausências Legais			
4.1	Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Férias sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17	0,99%	
B	Ausências Legais Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x2,96dias]/12	0,83%	
C	Licença-Paternidade Cálculo do valor = {[(BCCPA/30)x5dias]/12}x1,5%	0,03%	
D	Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = {[(BCCPA/30)x15dias]/12}x8%	0,33%	
E	Afastamento maternidade Cálculo do valor = {[(BCCPA+1/3BCCPA)/12]x(4/12)}x2%	0,06%	
F	Outros (Ausência por doença) Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x3dias]/12	0,83%	
Total			
G	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.1		
Total			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Nota: As alíneas “A” a “F” referem-se somente ao custo que será pago ao repositor pelos dias trabalhados quando da necessidade de substituir a mão de obra alocada na prestação do serviço.

Submódulo 4.2 – Intraornada		
4.2	Intraornada	Valor (R\$)
A	Intervalo para repouso ou alimentação	0,00
Total		0,00
B	Incidência dos encargos do Submódulo 2.2 sobre o total do Submódulo 4.2	0,00
Total		0,00

Nota: Quando houver a necessidade de reposição de um empregado durante sua ausência nos intervalos para repouso ou alimentação deve-se contemplar o Submódulo 4.2.

Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	
4.2	Intraornada	0,00
Total		

Módulo 5 – Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes São 2 conjuntos de uniformes por ano	
B	Materiais / Equipamentos (DEPRECIAÇÃO Anexo III da IN RFB nº 1.700/2017)	
C	Outros (especificar)	
Total de insumos diversos		

Nota: Valores mensais por empregado

Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos

6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual (%)	Valor (R\$)
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)		-	
A	Custos Indiretos	%	
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)		-	
B	Lucro	%	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)		-	
C	Tributos	-	-
	C.1 Tributos federais (especificar)	-	-
	a) Cofins (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	3,00%	
	b) PIS (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	0,65%	
	c) IRPJ - Em face do Ac. TCU nº 648/2016-P, o licitante pode cotar este tributo, porém a Administração não pode inclui-lo no orçamento-base. Poderá entrar no custo.	-	-
	d) CSLL - Em face do Ac. TCU nº 648/2016-P, o licitante pode cotar este tributo, porém a Administração não pode inclui-lo no orçamento-base. Poderá entrar no custo.	-	-
	C.2 Tributos estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos municipais (especificar):	-	-
	a) ISS (deverá ser observado o percentual para cada município, se necessário, apresentando em planilhas separadas)	%	
TOTAL			
TOTAL MÓDULO 6			
Percentual Total e Valor Total de Tributos		%	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> Cálculo dos Tributos = (-----) x Alíquota do Tributo (1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)) </div> <div style="text-align: right;"> Base de Cálculo para os Tributos </div> </div>			
Nota 1: Custos Indiretos, Lucro e Tributos por empregado. Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.			
2. Quadro-Resumo do Custo por Posto de Trabalho			
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por Posto de Trabalho)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão		
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		
E	Módulo 5 - Insumo Diversos		
Subtotal (A + B + C + D + E)			
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos		
Valor Total por posto			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Item	Descrição	Unid.	Qtd. por posto	Qtd. anual por posto	Valor unitário	Valor total anual por posto
1	Calça comprida, modelo social, tecido microfibra ou oxiford, com braguilha forrada, 02 bolsos laterais, 02 traseiros e presilhas para cinto, na cor preta.	Unid.	02	04	R\$	R\$
2	Camisa manga curta em algodão ou poliéster, com bolso e emblema da empresa.	Unid.	04	08	R\$	R\$
3	Meia social	Par	04	08	R\$	R\$
4	Cinto em couro na cor preta	Unid.	02	04	R\$	R\$
5	Sapato social, fechado, antiderrapante, em couro na cor preta	Par	04	08	R\$	R\$
6	Crachá em PVC com logomarca da empresa, contendo foto 3x4 recente, nome, função (posto) e legenda indicando a unidade de lotação do colaborador.	Unid.	01	02	R\$	R\$
TOTAL ANUAL:						R\$
TOTAL MENSAL:						R\$

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. Para que não haja variações no valor, que possam comprometer o entendimento do Licitante, deverá ser adotado duas casas decimais após a vírgula;
2. Levando em consideração que a licitação está formada por um grupo, com participantes em municípios diversos, para o ISS e tarifas públicas deverão ser adotados de acordo com as regras tarifárias e tributárias de cada município;
3. Esclarecemos que, conforme art. 6º, da IN SEGES 05/2017:

“Art. 6º **A Administração não se vincula** às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública. (Grifo nosso)

4. De acordo com IN MPDG 05/2017, anexo VI-A SERVIÇO DE VIGILÂNCIA, item 6º “será adotada a relação de um supervisor para cada quarenta vigilantes, ou fração...” deste modo, considerando a pretensa contratação de 47 funcionários de vigilância o item CUSTO DE RATEIO DE CHEFIA DE CAMPO foi incluído no Módulo 6 objetivando atender a norma vigente bem como ampliar a competitividade. Cálculo realizado de acordo com caderno de logística para o serviço de Vigilância desenvolvido pelo MPDG, versão 2018, com abrangência para o Estado de Roraima.
5. Poderão ser utilizados outros percentuais, desde que a legislação permita.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO VI

Planilha orçamentária – valores máximos admitidos pela Administração

GRUPO	Item	Descrição	Unid.	Qtde (A)	Valor Proposto por item (B)	Valor Total Mensal C= (AxB)	Valor Global ANUAL do Serviço Cx12 meses
GRUPO 1 CAMPUS BOA VISTA	1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	5	R\$ 4.688,66	R\$ 23.443,30	R\$ 281.319,60
	2	Diárias sem pernoite	Diária	540	R\$ 193,79	-	R\$ 104.646,60
	3	Diárias com pernoite	Diária	430	R\$ 283,43	-	R\$ 121.874,90
	4	Hora Extra 50%	Hora	200	R\$ 16,07	-	R\$ 3.214,00
	5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	40	R\$ 19,23	-	R\$ 769,20
	6	Hora Extra 100%	Hora	100	R\$ 21,42	-	R\$ 2.142,00
	7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	20	R\$ 25,64	-	R\$ 512,80
TOTAL PARA CAMPUS BOA VISTA							R\$ 514.479,10
GRUPO 1 CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	2	R\$ 4.688,66	R\$ 9.377,32	R\$ 112.527,84
	2	Diárias sem pernoite	Diária	96	R\$ 193,79	-	R\$ 18.603,84
	3	Diárias com pernoite	Diária	48	R\$ 283,43	-	R\$ 13.604,64
	4	Hora Extra 50%	Hora	100	R\$ 16,07	-	R\$ 1.607,00
	5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	20	R\$ 19,23	-	R\$ 384,60
	6	Hora Extra 100%	Hora	80	R\$ 21,42	-	R\$ 1.713,60
	7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	16	R\$ 25,64	-	R\$ 410,24
TOTAL PARA CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE							R\$ 148.851,76
GRUPO 1 CAMPUS AMAJARI	1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	4	R\$ 4.688,66	R\$ 18.754,64	R\$ 225.055,68
	2	Diárias sem pernoite	Diária	480	R\$ 193,79	-	R\$ 93.019,20
	3	Diárias com pernoite	Diária	480	R\$ 283,43	-	R\$ 136.046,40
	4	Hora Extra 50%	Hora	1700	R\$ 16,07	-	R\$ 27.319,00
	5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	220	R\$ 19,23	-	R\$ 4.230,60
	6	Hora Extra 100%	Hora	1700	R\$ 21,42	-	R\$ 36.414,00
	7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	220	R\$ 25,64	-	R\$ 5.640,80
TOTAL PARA CAMPUS AMAJARI							R\$ 527.725,68
GRUPO 1 CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM	1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	1	R\$ 4.688,66	R\$ 4.688,66	R\$ 56.263,92
	2	Diárias sem pernoite	Diária	144	R\$ 193,79	-	R\$ 27.905,76



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

	3	Diárias com pernoite	Diária	216	R\$ 283,43	-	R\$ 61.220,88
	4	Hora Extra 50%	Hora	-	R\$ 16,07	-	-
	5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	-	R\$ 19,23	-	-
	6	Hora Extra 100%	Hora	-	R\$ 21,42	-	-
	7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	-	R\$ 25,64	-	-
TOTAL PARA CAMPUS AVANÇADO DO BONFIM							R\$ 145.390,56
GRUPO 1 CAMPUS NOVO PARAÍSO	1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	4	R\$ 4.688,66	R\$ 18.754,64	R\$ 225.055,68
	2	Diárias sem pernoite	Diária	480	R\$ 193,79	-	R\$ 93.019,20
	3	Diárias com pernoite	Diária	480	R\$ 283,43	-	R\$ 136.046,40
	4	Hora Extra 50%	Hora	800	R\$ 16,07	-	R\$ 12.856,00
	5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	160	R\$ 19,23	-	R\$ 3.076,80
	6	Hora Extra 100%	Hora	400	R\$ 21,42	-	R\$ 8.568,00
	7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	80	R\$ 25,64	-	R\$ 2.051,20
TOTAL PARA CAMPUS NOVO PARAÍSO							R\$ 480.673,28
GRUPO 1 REITORIA	1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria D, 44h semanais	Posto	3	R\$ 4.688,66	R\$ 14.065,98	R\$ 168.791,76
	2	Diárias sem pernoite	Diária	120	R\$ 193,79	-	R\$ 23.254,80
	3	Diárias com pernoite	Diária	120	R\$ 283,43	-	R\$ 34.011,60
	4	Hora Extra 50%	Hora	200	R\$ 16,07	-	R\$ 3.214,00
	5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	40	R\$ 19,23	-	R\$ 769,20
	6	Hora Extra 100%	Hora	100	R\$ 21,42	-	R\$ 2.142,00
	7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	20	R\$ 25,64	-	R\$ 512,80
TOTAL PARA REITORIA							R\$ 232.696,16



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

Grupo	Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor unitário	Valor total mensal	Valor total anual
1	1	Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de fornecimento de mão de obra exclusiva para condução de veículos, categoria "D", 44h semanais	Posto	19	R\$ 4.688,66	R\$ 89.084,54	R\$ 1.069.014,48
	2	Diárias sem pernoite	Diária	1530	R\$ 193,79	-	R\$ 360.449,40
	3	Diárias com pernoite	Diária	1426	R\$ 283,43	-	R\$ 502.804,82
	4	Hora Extra 50%	Hora	3000	R\$ 16,07	-	R\$ 48.210,00
	5	Hora Extra 50% com adicional noturno	Hora	480	R\$ 19,23	-	R\$ 9.230,40
	6	Hora Extra 100%	Hora	2380	R\$ 21,42	-	R\$ 50.979,60
	7	Hora Extra 100% com adicional noturno	Hora	356	R\$ 25,64	-	R\$ 9.127,84
VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO:							R\$ 2.049.816,54

VALOR DOS UNIFORMES

Item	Descrição	Unid.	Qtd. por posto	Qtd. anual por posto	Valor unitário	Valor total anual por posto
1	Calça comprida, modelo social, tecido microfibra ou oxiford, com braguilha forrada, 02 bolsos laterais, 02 traseiros e presilhas para cinto, na cor preta.	Unid.	02	04	R\$ 51,46	R\$ 205,84
2	Camisa manga curta em algodão ou poliéster, com bolso e emblema da empresa.	Unid.	04	08	R\$ 53,41	R\$ 427,28
3	Meia social	Par	04	08	R\$ 6,07	R\$ 48,56
4	Cinto em couro na cor preta	Unid.	02	04	R\$ 24,90	R\$ 99,60
5	Sapato social, fechado, antiderrapante, em couro na cor preta	Par	04	08	R\$ 76,29	R\$ 610,32
6	Crachá em PVC com logomarca da empresa, contendo foto 3x4 recente, nome, função (posto) e legenda indicando a unidade de lotação do colaborador.	Unid.	01	02	R\$ 3,16	R\$ 6,32
TOTAL ANUAL:						R\$ 1.397,92
TOTAL MENSAL:						R\$ 116,49



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

ANEXO VII

MODELO DE PROPOSTA

Deverá ser elaborada uma proposta para cada Unidade do IFRR e um resumo com o valor total da contratação de todas as Unidades

IDENTIFICAÇÃO			
RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:		UF:	CEP:
TELEFONE:	()		
EMAIL:			

ITEM/GRUPO	DESCRIÇÃO COMPLETA	QUANTIDADE / MESES	PREÇOS UNITÁRIOS	PREÇOS MENSAIS	PREÇOS GLOBAIS

CUSTOS DECORRENTES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

INDICAÇÃO DOS SINDICATOS, ACORDOS, CONVENÇÕES OU DISSÍDIOS COLETIVOS DE TRABALHO

QUANTIDADE DE PESSOAL		
Função	Quantidade	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO VIII

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO PAGAMENTO DIRETO, RETENÇÃO E
UTILIZAÇÃO DA GARANTIA
CONTRATO Nº XXXX**

_____(identificação do licitante),
inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr.
_____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e
do CPF nº _____, AUTORIZA, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da
IN SEGES/MPDG n. 5/2017, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do
Planejamento, Orçamento e Gestão, e dos dispositivos correspondentes do Edital:

(X) que os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas

devidos aos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam descontados da fatura e pagos
diretamente aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da
Contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis, conforme o conforme
estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

(X) que os valores provisionados para o pagamento de férias, 13º salário e

rescisão contratual dos trabalhadores alocados na execução do contrato sejam destacados do valor mensal e
depositados em conta-corrente vinculada, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa junto
a instituição bancária oficial, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN
SEGES/MPDG n. 5/2017

(X) que os valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS sejam retidos na fatura e
depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores alocados na execução do
contrato, observada a legislação específica, e conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo
VII-B da IN SEGES/MPDG n. 5/2017 ;

(X) que a Contratante utilize o valor da garantia prestada para realizar o

pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a
Contratada não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência
contratual, conforme estabelecido na alínea "d" do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n.
5/2017.

Município de _____, em _____ de _____ de _____

(Assinatura do representante legal do licitante)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO IX

AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR AO CONTRATO Nº XXXX

no CNPJ nº _____ (*identificação do licitante*), inscrita
por intermédio de seu representante legal, o Sr.
_____ (*nome do representante*), portador da Cédula de Identidade RG nº
_____ e do CPF nº _____, **AUTORIZA** o(a) (*Nome do Órgão ou Entidade
promotora da licitação*), para os fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da
Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e dos dispositivos
correspondentes do Edital do Pregão n. XXX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa (*indicar o nome da empresa*) junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia da(o) (*Nome do Órgão ou Entidade promotora da licitação*), que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção da titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

..... de..... de 20....

(*assinatura do representante legal do licitante*)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO X

**MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO REFERENTE À CONTA DEPÓSITO VINCULADA
(ANEXO XIII DA IN 05/2017 SEGES/MPDG)**

À Agência XXXXXXXXXXXX do Banco XXXXXXXXXXXXXXXXXX S.A

Endereço

CEP: XXXXX-XXX (CEP da agência) – Cidade (UF)

Senhor (a) _____,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o Instituto Federal de Roraima, solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada n° - bloqueada para movimentação – de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato n.º XX/XXXX, firmado com o a Reitoria do IFRR, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta depósito vinculada, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Boa Vista-RR, ____ de _____ de ____.

(nome do Proponente)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO XI

TABELA DE NÍVEIS DE SATISFAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Item	Quesitos	Semana				Nota
1.	Vistoria do Posto de Trabalho	1ª	2ª	3ª	4ª	Soma
a.	Permanência/disponibilidade no posto de trabalho.					
b.	Pronto atendimento às demandas da CONTRATANTE.					
c.	Atendimento conforme as necessidades da CONTRATANTE previstas em contrato.					
2.	Vistoria dos Uniformes e Acessórios					
a.	Uniformização adequada					
b.	Utilização profissional de crachás de identificação					
3.	Postura do funcionário					
a.	Tratamento adequado com as pessoas em geral (usuários, servidores...)					
b.	Preenchimento permanente, em todos os deslocamentos, dos formulários inerentes à viagem					
c.	Pontualidade e assiduidade					
d.	Relatos de ocorrência já tratada junto à fiscalização que desabonem a postura do funcionário					

Orientações para avaliação dos níveis de satisfação:

Mensalmente, o fiscal do contrato preparará relatório das vistorias, anotando-se os níveis de serviços e atendimento dos diversos quesitos, conforme a seguinte pontuação:

- a) a tarefa/obrigação/atividade que tenha nota classificada como “péssimo”, com pontuação equivalente a 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) pontos, deverá ser anotada sempre que o quesito não for atendido em sua totalidade;
- b) a tarefa/obrigação/atividade que tenha nota classificada como “regular”, com pontuação equivalente a 0,1 (um décimo) ponto, indica que o quesito foi atendido, porém de forma não satisfatória;
- c) a tarefa/obrigação/atividade que tenha nota classificada como “bom” não sofrerá nenhuma pontuação, visto que essa marcação indica que o quesito foi efetuado a contento, de forma satisfatória.

A nota mensal máxima será de 10 (dez) pontos se todos os quesitos forem considerados “bons”, ou seja, forem cumpridos de forma satisfatória, sem qualquer pontuação de desconto.

Havendo quesitos considerados “regulares” ou “péssimos” haverá desconto na nota máxima mensal, conforme a tabela constante no ANEXO IV.

Os cálculos para verificação da nota final do mês em análise obedecerão à seguinte fórmula:

a. Nota final no mês = 10 – (soma dos totais de pontos perdidos do profissional alocado/quantidade de profissionais);

Nota menor ou igual a 6 (seis), aplicação de multa de 2% sobre o faturamento do mês;

Nota maior que 6 (seis) e menor ou igual a 8 (oito), aplicação de multa de 1% sobre o faturamento;

Nota maior que 8 (oito) e menor que 9,5 (nove vírgula cinco), aplicação de advertência;

No acúmulo de três advertências no ano, aplicação de multa de 2% sobre o valor faturado do mês;

A vistoria será realizada, aleatoriamente, em qualquer dia da semana ou hora durante o expediente.

Será anotado apenas um nível de satisfação (péssimo, regular ou bom) para avaliação. Então como exemplo, visita-se o posto e avalia-se no conjunto, observando se os quesitos atendem aos critérios de satisfações indicados.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA**

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita
no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____,
estabelecida em _____, tem os seguintes contratos firmados com a iniciativa
privada e a Administração Pública. Declaramos ainda que, O valor total dos contratos firmados, vigentes na
data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido da referida Empresa .

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ _____
Valor do Patrimônio Líquido R\$ _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS BOA VISTA

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA
(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Ao IFRR/Departamento de compras-DECOM

Ref.: Edital Pregão Eletrônico N.º 00 / 00000 / IFRR

____ (nome empresarial da licitante), inscrita no C.N.P.J./MF n.º _____,
com _____ sede _____ na _____

____ (endereço completo) por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____
infra-assinado, portador(a) da CI/RG n.º _____ e do CPF n.º _____,
para fins de habilitação no Edital _____, DECLARA expressamente que, VISITEI o local e a região onde serão realizados os serviços objeto desta contratação, tomando conhecimento de todas as informações e das condições locais que possam influir direta ou indiretamente na elaboração da proposta e na execução das mesmas. Outrossim, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Ou

____ (nome empresarial da licitante), inscrita no C.N.P.J./MF n.º _____, com sede na _____
(endereço completo) por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr. (a) _____
infra-assinado, portador(a) da CI/RG n.º _____ e do CPF n.º _____, para fins de habilitação no Edital _____, DECLARA expressamente que, NÃO VISITEI o local e a região onde serão realizados os serviços objeto desta contratação e concordo com todas as condições apresentadas neste Edital e seus anexos.

_____, ____ de _____ de _____.
.

.....
Representante Legal da Empresa / CPF
(assinatura e carimbo)